REVISTA FÓRUM DE CIÊNCIAS CRIMINAIS - RFCC
ano 8 · n. 16 · julho/dezembro 2021 - Publicação semestral

16

ISSN 2319-0795

Revista Fórum de CIÊNCIAS CRIMINAIS

RFCC

DOUTRINA e JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

FORUM

*Esse material é protegido por direitos autorais sendo vedada a reprodução não autorizada, gratuita ou onerosamente, sob pena de ressarcimento, em caso de infração aos direitos autorais.

É permitido citar os excertos em petições, pareceres e demais trabalhos, desde que seja informada a fonte, garantidos os créditos dos autores dos artigos, do órgão emanador da decisão ou informação e da publicação específica, conforme a licença legal prevista no artigo 46, III da Lei nº 9.610/1998.

REVISTA FÓRUM DE CIÊNCIAS CRIMINAIS – RFCC

Conselho Editorial

Alicia Gil Gil
Daniel R. Pastor
Davi de Paiva Costa Tangerino
Ela Wiecko V. de Castilho
Fabíola Girão Monteconrado
Felipe Daniel Amorim Machado
Flávio de Leão Bastos Pereira
Inês Virgínia Prado Soares
Janaina Conceição Paschoal
José Carlos Moreira da Silva Filho
José Luis Guzmán Dalbora
Kai Ambos
Maria Thereza Rocha de Assis Moura
Nestor Eduardo Araruna Santiago
Rodrigo Medina Zagni
Sandra Regina Chaves Nunes
Túlio Lima Vianna

Pareceristas *ad hoc*

Beatriz Correa Camargo (beatrizcamargo@ufu.br)
Bruno Martins Torchia (bruno@brunotorchia.com.br)
Carlos Eduardo de Moraes Domingos (ceduardomd@gmail.com)
Elio Braz Mendes (eliobm@terra.com.br)
Elisa Maluf (elisalmaluf@yahoo.com.br)
Gabriela Paredes Arcentales (gabriela.parcentales@hotmail.com)
Isac Barcelos (isacbps@gmail.com)
João Finkler (joao_finkler@hotmail.com)
Jorge Paschoal (jorgepaschoal@yahoo.com.br)
Marcelo Vieira (marcelo@realeadvogados.com.br)
Maria Domitila (mmanssur@tjsp.jus.br)
Nathália Cassola Zugaibe (nczugaibe@hotmail.com)
Olavo Pezzoti (olavoep@hotmail.com)
Victor Valarini (victor_valarini@hotmail.com)

© 2021 Editora Fórum Ltda.
Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

R454 Revista Fórum de Ciências Criminais – RFCC. –
ano 1, n. 1, (jan./jun. 2014)- . – Belo Horizonte:
Fórum, 2014-

Semestral
ISSN impresso 2319-0795
ISSN digital 2448-055X

1. Direito penal. 2. Ciência criminal. I. Fórum.

CDD: 341.5
CDU: 343

Esta revista está catalogada em:
• RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional)

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira
Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos
Ilustração: Isabela Palmer

Sumário

DOUTRINA NACIONAL

Política criminal (d)e impunidade

Élcio Arruda 9

1 Introdução 9
2 Sistema penal na pós-modernidade 10
3 Modernização do sistema penal 15
4 Sistema penal: conformação e atuação 23
4.1 Bens jurídicos metaindividuais 23
4.2 Crimes hediondos e assemelhados 24
4.3 Criminalização sem lei *stricto sensu* 27
4.4 Princípio da insignificância 28
4.5 Crimes de colarinho branco 30
4.6 Modelos de processo penal 32
4.7 Provas 34
5 Impunidade 36
6 Conclusão 42
Referências 43

Estudo de caso Mariana Ferrer: a falta de credibilidade na palavra da vítima e as suas consequências

Ana Beatriz Ponzio de Queiroz, Roberto Krauspenhar 47

1 Introdução 47
2 Fundamentação teórica 48
2.1 Justificativa social 48
2.2 O crime de estupro analisado historicamente 49
3 Estupro de vulnerável 55
3.1 Conceitos 55
3.2 Caso Mariana Ferrer 58
4 Considerações finais 60
Referências 61

Lavagem de capitais no Brasil e em Portugal: situação e problemática

Humberto Bosco Lustosa Barreira 63

1 Introdução 63
2 Definição e coexistência com organizações criminosas 64
3 Categorias e estágios da lavagem de capitais 68
4 Tipificação e problemática da lavagem de capitais no Brasil 69
4.1 Alguns problemas com a tipificação objetiva da lavagem 73
4.2 A cegueira deliberada ante o posicionamento do STJ 76
5 Combate ao branqueamento de capitais em Portugal 80
5.1 Âmbito de aplicação da nova lei de combate ao branqueamento 83
5.2 Impacto da derrogação do segredo 86
5.3 Verificação do cumprimento da lei antilavagem de capitais 87
5.4 O agravamento das sanções com a nova legislação 87
5.5 Manifestação jurisprudencial em Portugal diante do art. 368-A do Código Penal 88

6 Considerações finais 90
Referências 91

A prisão preventiva do portador de entorpecentes na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
Luiz Antonio Santos 93
1 Introdução 93
2 Desenvolvimento 94
2.1 Apresentação do caso 94
2.2 Identificação das normas que regulamentam a matéria 96
2.3 Solução dada pelo tribunal 97
2.4 Discussão da solução 98
2.4.1 Discussão da solução com base em decisões divergentes 101
2.4.2 Discussão da solução com base em revisão da literatura 106
3 Conclusão 110
Referências 112

Criminalização da violência contra a mulher em Campos dos Goytacazes (RJ): um estudo sobre a aplicação da Lei Maria da Penha
Mariana Roza Leonardo, Shirlena Campos de Souza Amaral 115
1 Introdução 115
2 Violência contra a mulher: questão de gênero e violação dos direitos humanos 117
3 Lei Maria da Penha: uma proposta de ação afirmativa para igualdade de gênero 120
4 Campos dos Goytacazes: da resistência da aplicação da Lei Maria da Penha à persistência da negação dos direitos das mulheres 125
5 Considerações finais 126
Referências 127

O abandono do sujeito do reconhecimento pessoal: zona de indistinção que captura através da violação de garantias
Luize Cristina de Oliveira Alves 129
1 Introdução 129
2 A fragilidade probatória do reconhecimento pessoal 130
3 As garantias processuais do sujeito 132
4 Reconhecimentos “alternativos” e problemas processuais 135
4.1 Reconhecimento pessoal durante a oitiva em juízo 136
4.2 Reconhecimento fotográfico de pessoa 140
5 A aplicação da lei pela suspensão do art. 226 do CPP 142
6 Conclusão 145
Referências 146

A responsabilidade penal do psicopata à luz do ordenamento jurídico brasileiro
Morgana Dalavechia, Thais Rodrigues Teixeira 149
1 Introdução 149
2 Responsabilidade penal 150
2.1 Conceito analítico de crime 150
2.2 Imputabilidade, inimputabilidade e semi-imputabilidade 152
3 O psicopata 154
3.1 Conceituação 154
3.2 Diagnóstico 156
4 Culpabilidade do psicopata 158

4.1 Imputável 158
4.2 Semi-imputável e inimputável 160
5 Conclusão 161
Referências 162

Jogos eletrônicos: violência e transtorno mental na infância e juventude
Nilton Rafael Leandro de Sousa, Ricardo da Silveira e Silva 165

1 Introdução 165
2 O início dos *games* e sua chegada ao Brasil 167
2.1 Jogos eletrônicos violentos e a influência em crianças e adolescentes 168
2.2 *Games* violentos: um panorama de educação, saúde e suas consequências para a vida adulta 170
2.3 Análise sistêmica do massacre de Suzano e o impacto do PL nº 1.577/2019 em jogos e jogadores 173
2.4 Conclusão 175
Referências 177

A implementação da cadeia de custódia da prova e suas consequências
Eduardo Rizzotto de Carvalho, Renee do Ó Souza 181

1 Introdução 181
2 Breves apontamentos sobre cadeia de custódia 182
3 Dificuldades na implementação da cadeia de custódia 188
4 Consequências 190
4.1 Nulidade 190
4.2 Ineficácia legislativa (Legística) 195
5 Considerações finais 197
Referências 198

Mortes violentas no Distrito Federal – eficiência qualitativa do sistema de justiça criminal
Paulo Rogério Santos Giordano 201

1 Introdução 201
2 Identificação dos dados e das técnicas de pesquisa empregados 206
3 Estudos sobre mortes violentas no Brasil 209
3.1 O conceito expandido de eficiência do sistema de justiça criminal e das instituições que o compõem: medição segundo métodos e modos distintos 211
4 Eficiência qualitativa do sistema de justiça criminal do Distrito Federal 218
4.1 A qualidade do funcionamento da Polícia Civil do Distrito Federal 222
4.2 O MP, a defesa do réu e o Judiciário – o tempo entre a denúncia e a sentença 236
4.3 O MP, a defesa do réu e o Judiciário – o resultado da sentença segundo a situação processual do réu 244
4.4 Do fato à sentença – tempo total 249
5 Conclusões 253
Referências 254

Instruções para os autores 257

ESTA REVISTA
FAZ PARTE DA
PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO JURÍDICO®

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

E pode ser assinada separadamente
em nossa loja virtual.

ASSINE A REVISTA

loja.editoraforum.com.br | 0800 704 3737